

*Economistas prevêem que
débito será contido até 98
com uso de US\$ 26,4 bilhões
da venda de estatais*

ANGELA BITTENCOURT

As privatizações em andamento este ano e as previstas para 1998 vão permitir que o governo reduza mais 3% do Produto Interno Bruto (PIB) na dívida líquida. Os cálculos são dos economistas do Citibank Carlos Kawall e Felipe Macedo de Holanda e incluem o uso de R\$ 26,4 bilhões obtidos com a venda de estatais para abater débitos públicos — R\$ 7,9 bilhões este ano e R\$ 18,5 bilhões em 98.

Kawall, economista-chefe do banco, observa que é clara a dimensão do compromisso recente do presidente Fernando Henrique Cardoso de usar a receita de privatização para cortar dívida. A trajetória do gasto primário ainda é insuficiente para produzir melhorias substanciais no comportamento da dívida do setor público.

No entanto, a contribuição da privatização deve permitir que a dívida se estabilize até o fim de 98. Daí em diante, diz Kawall, é indispensável a contribuição da reformas constitucionais para garantir uma redução mais acentuada do gasto primário, impedindo a retomada da elevação da dívida quando se esgotar o potencial da privatização, no fim do século.

As privatizações feitas pelos governos federal e estaduais no primeiro semestre colocaram o Brasil como líder em receitas de vendas de estatais na América Latina, segundo levantamento da Securities Data. A venda de ativos estatais para a iniciativa privada superou US\$ 8,4 bilhões no continente e atingiu 22% do total das operações

mundiais. As operações realizadas no Brasil corresponderam a mais da metade (53,3%) e atingiram US\$ 4,68 bilhões. Em termos mundiais, o Brasil ficou na segunda posição, atrás apenas da Austrália.

Na classificação por setor, a indústria de mineração respondeu por US\$ 3,5 bilhões na venda de ativos de governos para investidores privados — a maior fatia é da América Latina. O setor de serviços públicos vem em seguida, com US\$ 2,45 bilhões. A maior venda individual de ativo público no primeiro semestre foi a da participação de 26,85% do capital votante da Vale do Rio Doce para o Consórcio Brasil por US\$ 3,3 bilhões.

O Brasil também liderou o ranking de fusões e aquisições de empresas privadas na América Latina, que totalizaram US\$ 25,2 bilhões no semestre — um cresci-

mento de quase 50% em relação ao mesmo período de 96, segundo a Securities. No Brasil, as transações (recordes) somaram US\$ 8,4 bilhões, um aumento de 36,7% em relação ao primeiro semestre de 96.

O México experimentou um salto de 99% no número de fusões e aquisições no primeiro semestre — a base de comparação (janeiro a junho de 96) era muito baixa, pois o país ainda se ressentia da crise cambial. “Os números revelam um dos mais fortes períodos dos últimos tempos para essas operações na América Latina”, afirmou Richard Peterson, porta-voz da Securities.

Peterson disse que um adicional de US\$ 5 bilhões em fusões e aquisições em julho mostra que a tendência pode ser mantida, alimentada por “mais evidências de recuperação econômica, reformas e estabilidade política”. Brasil, México e Argentina responderam por 81,4% das fusões e aquisições anunciadas no primeiro semestre.

PAÍS FOI O 2º
NO RANKING DE
PRIVATIZAÇÕES
NO MUNDO

Dívida pública cai 3% do PIB com privatização